



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**“Casa de Félix Araújo”**  
**SECRETARIA DE APOIO PARLAMENTAR**

**AUTÓGRAFO N.º 247/2023**  
**PROJETO DE LEI N.º 115/2023**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE INSTITUIR  
O PROTOCOLO INTEGRADO DE BUSCA ATIVA ESCOLAR NO  
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.**

**Art. 1º** Fica autorizado o Município de Campina Grande instituir o Protocolo Integrado de Busca Ativa Escolar, estratégia, transversal e intersetorial que visa promover a permanência de crianças na escola e combater a frequência irregular, abandono, evasão e exclusão escolar.

**Art. 2º** Para efeitos desta Lei, considera-se:

- I - Criança: pessoa com idade entre 0 e 12 anos incompletos;
- II - Frequência irregular: situação em que a criança matriculada na Rede Municipal de Ensino não comparece a sua Unidade Educacional de forma regular e contínua.
- III - Evasão escolar: situação em que a criança não efetua matrícula em uma unidade da rede de ensino no ano letivo seguinte;
- IV - Abandono escolar: situação em que a criança matriculada na Rede Municipal de Ensino deixa de frequentar a Unidade Educacional durante o ano letivo, podendo matricular-se no ano seguinte;
- V - Exclusão escolar: criança não matriculada na rede de ensino.

**Art. 3º** São objetivos do Protocolo Integrado de Busca Ativa Escolar:

- I - Promover uma cultura voltada para a promoção de acesso e permanência de crianças na rede de ensino do Município de Campina Grande, PB;
- II - Fortalecer a rede integrada de proteção às crianças visando atuação conjunta para a garantia do direito à educação e ao seu pleno desenvolvimento;
- III - Orientar os agentes públicos dos serviços das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social para uma ação articulada, focada no enfrentamento de situações de frequência irregular, abandono, evasão e exclusão escolar.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**“Casa de Félix Araújo”**  
**SECRETARIA DE APOIO PARLAMENTAR**

**Art. 4º** O Protocolo Integrado de Busca Ativa Escolar é composto por:

- I - Fluxo Integrado: instrumento que estabelece procedimentos padrão para as comunicações intersetoriais e encaminhamentos de casos de frequência irregular, evasão, abandono ou exclusão escolar;
- II - Guia para comunicação intersetorial: documento que apresenta metodologia e orientações para a utilização de sistema de comunicação intersetorial.

**§ 1º** O Guia de orientações será disponibilizado pelo Poder Executivo em até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

**§ 2º** Os instrumentos devem ser periodicamente revisados para que sejam constantemente atualizados e aprimorados, a partir dos aprendizados da sua implementação.

**Art. 5º** Cabe a Secretaria de Educação e Cidadania com o apoio da Secretaria de Governança, Secretaria de Apoio Social ao Cidadão e a Secretaria de Saúde:

- I - Definir e decidir sobre a estratégia do Protocolo, liderando o direcionamento, a estruturação, a sistemática de funcionamento, do monitoramento e da avaliação;
- II - Propor revisões sempre que necessário, visando o aprimoramento constante dos instrumentos do Protocolo;
- III - Articular capacitações constantes, com o apoio das escolas municipais, para os agentes públicos municipais envolvidos na implementação do protocolo;
- IV - Monitorar e avaliar a implementação do protocolo nos diferentes serviços e territórios do município, com o apoio das Diretorias de Educação, Supervisões de Assistência Social e Supervisões Técnicas de Saúde;
- V - Garantir a operacionalização de sistema de comunicação intersetorial e seu constante aperfeiçoamento.

**Art. 6º** Cabe aos agentes públicos que atuam nos serviços municipais das áreas da Assistência Social, Educação e Saúde:

- I - Utilizar os instrumentos do protocolo na sua rotina diária, quando pertinente, e atuar conforme os procedimentos neles estabelecidos;
- II - Participar das ações de capacitação referentes ao protocolo, quando houver;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**“Casa de Félix Araújo”**  
**SECRETARIA DE APOIO PARLAMENTAR**

III - Propor melhorias nos instrumentos do protocolo, com base na sua experiência prática, articulando-se com as respectivas secretarias.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande - PB, “Casa de Félix Araújo”, em 01 de novembro de 2023.

